

**Relatório de Auditoria Independente das
Demonstrações contábeis da Confederação
Brasileira de Desporto Escolar – CBDE do exercício
de 2018 e 2017**

Março 2019



Sumário

Outros assuntos	3
Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis.....	4
Responsabilidades de Auditor pelas Demonstrações Contábeis	4
Opinião	6
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e 2017.....	7
Demonstrações de Resultado do Exercício – DRE de 31 de dezembro de 2018 e 2017	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31de dezembro de 2018 e 2017	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31de dezembro de 2018 e 2017	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.....	11
Contexto Operacional	11
Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis	13
Apresentação das demonstrações contábeis	13
Principais práticascontábeis	13
Resultado dasoperações	14
Caixa e equivalentes de caixa.....	14
Imobilizado	14
Passivo circulante	15
Imposto de renda e contribuição social	15
Moeda funcional e moeda de apresentação	15
Estimativas contábeis	15
Caixa e equivalentes de caixa	16
Imobilizado	16
Governamentais	16
Patrimônio líquido	17
Ajustes de exercícios anteriores.....	17
Contingências	17
Seguros.....	17
Subvenções e assistências governamentais	18
Remuneração de dirigentes estatutários	18



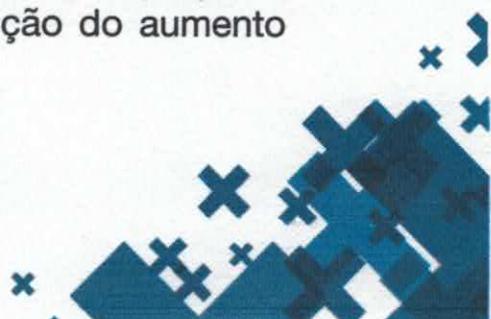
Aos Senhores Administradores e Conselheiros da
Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE, compreendendo o Balanço encerrado em 31 de dezembro de 2018, as Demonstrações de Resultado, as Demonstrações das Mutações Patrimoniais e as Demonstrações do Fluxo de Caixa, bem como as respectivas Notas Explicativas do respectivo período.

Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as Normas brasileiras e internacionais de Auditoria. Sendo nossas responsabilidades nessa conformidade descritas a seguir, com o título “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis, em relação a Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE, de acordo com os princípios éticos relevantes e previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas profissionais instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade em cumprimento com as demais responsabilidades éticas exigidas.

Outros assuntos

As Demonstrações contábeis da Confederação Brasileira do Desporto Escolar - CBDE para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros Auditores Independentes, conforme relatório a nós disponibilizados, datado de 16 de março de 2018, emitido com ressalva, tão somente acerca do valor de R\$ 19.434,51 registrado como adiantamentos diversos, o que além de ter sido ajustados diversos registros no ano de 2018, tornou-se de pequena relevância no finalizar do exercício 2018, em função do aumento patrimonial.



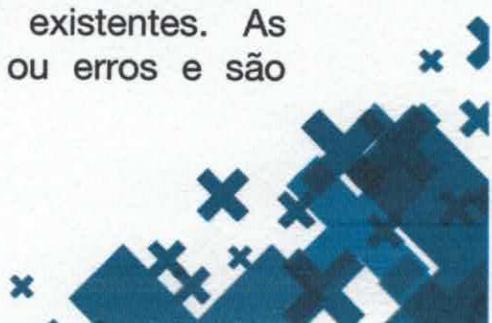
Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que determinaram como necessários(as) para permitir a elaboração livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por erro ou fraudes.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE continuar operando, divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Confederação Brasileira do Desporto Escolar, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE, são aqueles com responsabilidades pela direção e supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades de Auditor pelas Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não de uma garantia de que a Auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais detectam distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraudes ou erros e são



consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da Auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causados por fraudes ou erros, planejamos e executamos procedimentos de Auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de Auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante de fraude é menor do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, concluir falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a Auditoria para planejarmos procedimentos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficiência dos controles internos da Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluímos sobre a adequação de uso pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de Auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Confederação Brasileira do Desporto Escolar- CBDE. Caso haja convicção de incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas



evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia evento ou condições futuras podem levar a Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE, a não mais se manterem em condições operacionais;

Avaliamos a apresentação geral e estrutural e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela Administração a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da Auditoria e das constatações significativas, inclusive deficiências nos controles internos que evidentemente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Opinião

Em nossa opinião as Demonstrações Contábeis Auditadas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira do Desporto Escolar - CBDE em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Brasília – DF, 25 de março de 2019

APC+ Soluções Contábeis e Consultoria Empresarial
CRC DF 002685/O6
Paulo Ataídes de Oliveira - Contador
CRC / DF – 009152/O2

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Em mil reais

ATIVO	2018	2017
Circulante	13.826.410	2.285.829
Caixa e equivalentes de caixa	13.787.837	2.240.373
Outros Ativos	38.573	45.456
Não Circulante	105.949	76.371
Imobilizado	105.949	76.371
TOTAL DO ATIVO	13.932.359	2.362.200

PASSIVO	2018	2017
Circulante	5.103.417	1.476.689
Empréstimos	80.000	0,00
Obrigações Sociais e Trabalhistas	78.857	127.324
Repasses a COB	3.204.235	1.349.364
Repasses CBC	78.594	0,00
Repasses ME	1.661.731	0,00
Patrimônio Líquido	8.828.942	885.511
Reservas Patrimoniais	1.371.952	1.019.409
Superávit ou Déficit do Exercício	9.504.924	352.543
Ajustes dos Exercícios Anteriores	(2.047.934)	(486.441)
TOTAL DO PASSIVO	13.932.359	2.326.200

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.



Demonstrações de Resultado do Exercício – DRE de 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em mil reais

ANO	2018	2017
Receitas Operacionais	25.700.333	14.744.476
Receitas de Associados	165.529	516.829
Repasso COB (manutenção de entidades)	3.181.929	2.474.240
Receitas financeiras	265.051	124.068
Outras receitas	810.596	667.469
Receitas projetos - COB	7.135.919	7.460.832
Receitas projetos - CBC	3.001.537	3.501.038
Receitas projetos – Min dos esportes	1.967.755	0,00
Receita Loteria Federal	9.172.017	0,00

ANO	2018	2017
Despesas Operacionais	16.195.409	14.391.933
Despesas administrativas	3.790.136	3.422.556
Despesas projetos (COB)	7.135.919	7.460.831
Despesas projetos (CBC)	3.001.537	3.501.038
Despesas financeiras	8.779	7.507
Despesas tributárias	225.158	0,00
Despesas projetos (Min esportes)	1.967.755	0,00
Despesas projetos rec. próprios	66.125	0,00

DEFICIT OU SUPERAVIT	9.504.924	352.543
-----------------------------	------------------	----------------

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Reservas Patrimoniais	Resultado do Período	Ajuste de Exercícios Anteriores	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.728.022	522.810	(1.231.422)	1.019.409
Transferência superávit	522.810	(522.810)	0,00	0,00
Ajustes Exercícios Anteriores	(1.231.422)	0,00	744.982	(486.441)
Resultado do Período	0,00	352.543	0,00	352.543
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.019.409	352.543	(486.441)	885.511
Transferência Superávit	352.542	(352.542)	0,00	0,00
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	(1.561.493)	(1.561.493)
Resultado do Período	0,00	0,00	0,00	9.504.923
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.371.952	9.504.923	(2.047.933)	8.828.942

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.



Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	2018	1017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit do exercício	9.504.923,98	352.542,82
Ajustes		
Depreciação	18.006,88	8.371,68
Ajustes de exercícios anteriores	(1.561.492,98)	(486.440,51)
Variações ativo/passivo circulante		
Outros ativos	(6.872,23)	50.767,09
Empréstimos	80.000,00	0,00
Obrigações trabalhistas e sociais	(48.467,57)	57.187,10
Repasso	3.595.195,55	71.894,27
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	11.576.294,63	54.322,45
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(25.447,40)	(25.340,83)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos	(25.447,40)	(25.340,83)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	11.547.463,83	28.981,62
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa		
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	13.787.836,60	2.240.372,77
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.240.372,77	2.211.391,15
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	11.547.463,83	28.981,62

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.

Contexto Operacional

Fundada em 25 de maio de 2000, a Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE), é entidade privada sem fins lucrativos, de caráter exclusivamente desportivo, possui personalidade jurídica e patrimônios próprios, sendo constituída por todas as Filiadas, Entidades de Administração do Desporto da respectiva modalidade no âmbito territorial das Unidades da Federação, e goza de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento, conforme artigo 217 da Constituição Federal.

Além disso, a CBDE, é entidade filiada da Federação Internacional do Esporte Escolar (ISF) e a Federação Internacional de Escolas Católicas (FISEC), sendo também reconhecida pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

A CDBE, dentro de sua finalidade desportiva, possui os seguintes objetivos:

- a) Desenvolver e proteger a obediência ao Estatuto e à Carta Olímpica, o movimento desportivo no território brasileiro, empenhando-se no movimento do esporte, e a propagar para a juventude brasileira a educação física, cívica e cultural, no sentido de fortalecer o espírito, o físico e o caráter.
- b) Administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo país a prática do desporto escolar em todos os níveis, inclusive o desporto escolar praticado por portadores de deficiências.
- c) Representar o desporto escolar brasileiro junto aos poderes públicos.



- d) Representar o desporto escolar brasileiro no exterior, em competições amistosas ou oficiais da FISEC e ISF.
- e) Promover ou autorizar a realização de competições interestaduais, ou internacionais no território brasileiro.
- f) Respeitar promover as regras, normas e regulamentos internacionais olímpicos.
- g) Manter as filiadas informadas sobre as suas decisões, bem como aquelas que emanarem do poder público e das entidades internacionais.
- h) Criar regulamentação sobre as inscrições dos praticantes do desporto escolar e as transferências entre as suas filiadas, tendo como base as legislações nacional e internacional.
- i) Promover a prática do desporto escolar de rendimento, participação e educacional.
- j) Incentivar e promover o desenvolvimento de atividades culturais, cursos, projetos de pesquisa, documentação, informação sobre o desporto educacional brasileiro, contribuindo assim, para o desenvolvimento da ciência do esporte e da cultura.
- k) Promover a realização de campeonatos e torneios.
- l) Expedir atos necessários à organização, ao funcionamento e à disciplina de suas filiadas.
- m) Dispor sobre inscrição, registro e transferência dos atletas.
- n) Decidir sobre promoção de competições interestaduais ou nacionais pelas entidades estaduais de administração e de prática do desporto escolar, estabelecendo diretrizes, critérios, condições e limites sem prejuízo de manter a privacidade de autorização para que tais entes desportivos possam participar de competições de caráter internacional.

- o) Atuar na defesa dos interesses das seus jurisdicionados perante os poderes públicos.
- p) Atuar de maneira uníssona com as entidades de administração do desporto: Comitê Olímpico Brasileiro – COB, Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, Confederação Brasileira de Clubes – CBC, entre outros.

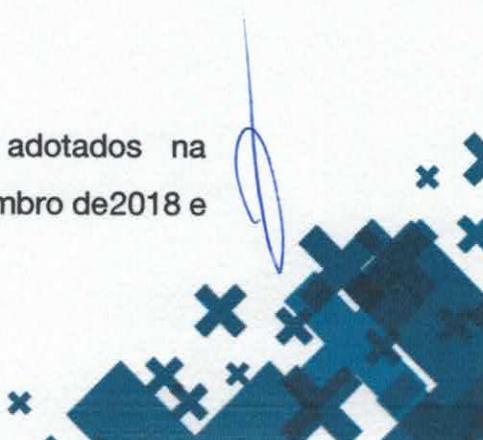
Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e



de 2017, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

Resultado das operações

É apurado em conformidade com o regime contábil da competência de exercícios.

Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados pelos recursos mantidos em espécie na tesouraria da Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários à vista, de livre movimentação em instituições bancárias no País.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimentos de até três meses a contar da data da aquisição, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados, efetivamente representam os respectivos valores de realização.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que

não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

Passivo circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços.

Imposto de renda e contribuição social

A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos

estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

Caixa e equivalentes de caixa

Estão assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2018	2017
Caixa	0,00	441
Banco do Brasil	13.772,41	477,97
Caixa Econômica Federal	5.777,10	10.730,95
Bancos ContaCorrente	19.617,56	11.208,92
Aplicação Banco do Brasil	1.671.784,18	68.031
Aplicação Caixa Econômica Federal	12.096.434,86	2.160.692
Título de Capitalização	-	-
Bancos Aplicações Financeiras	13.768.219,04	2.228.723
Total	13.787.836,60	2.240.373

Imobilizado

É assim demonstrado em 31 de dezembro:

DESCRÍÇÃO	%	2018	2017
Móveis e Utensílios		63.035	63.035
Máquinas e equipamentos		43.545	43.545
Computadores e Periféricos		47.584	0
(-) Depreciação Acumulada	10%	(48.215)	(30.209)
Total Imobilizado		105.948	76.371

Governamentais

Durante o exercício, a Confederação Brasileira do Desporto Escolar recebeu adiantamentos do COB, no montante de R\$ 7.135.919 através de recursos da Lei Agnelo/Piva. O montante foi utilizado nas operações do objeto social da Entidade.

Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referentes às operações inerentes à Entidade.

Ajustes de exercícios anteriores

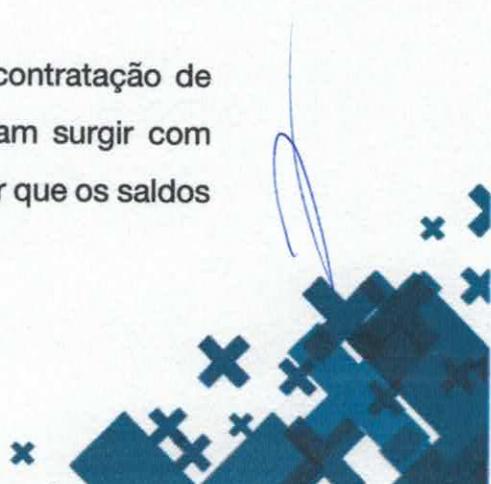
No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido ajuste de exercícios anteriores relativos a mudança de critério contábil, uma vez que a entidade passou a reconhecer os custos relativos a provisões de devolução rendimentos aplicações e devolução glosas - COB e devolução Manutenção – COB o valor ajustado relativo aos exercícios 2018 montam R\$ 1.561.492,98.

Contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, não há qualquer processo contra a Entidade que gere a necessidade de provisão.

Seguros

A Administração da Entidade optou por não realizar a contratação de seguros para cobertura de eventuais perdas que possam surgir com relação aos principais bens do ativo imobilizado, por julgar que os saldos estejam pulverizados em diversos itens de pequeno valor.



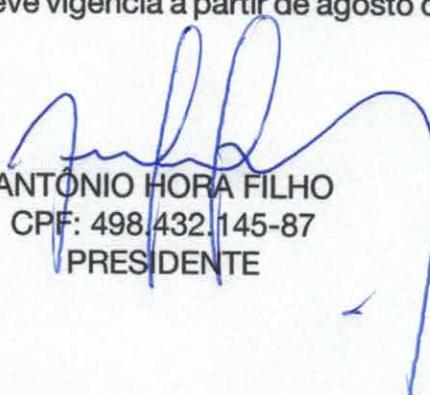
Subvenções e assistências governamentais

Comitê Olímpico Brasileiro – COB

Durante o exercício de 2018, a Confederação Brasileira de Desporto Escolar-CBDE, recebe recursos financeiros do Comitê Olímpico Brasileiro para aplicação nas suas finalidades institucionais, que têm como objetivo a formação, difusão do civismo, da cultura, da educação, da ciência, da recreação e da assistência social, em conformidade com seu estatuto social, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.

Remuneração de dirigentes estatutários

Em 30 de julho de 2014, o Comitê Olímpico Brasileiro emitiu a Instrução Normativa COB nº 02, que disciplina a aplicação de recursos financeiros decorrentes da Lei nº 9.615/98 de 24 de março de 1998, para pagamento de remuneração aos dirigentes estatutários das Confederações, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013. A remuneração paga a dirigentes estatutários, com recursos da Lei Agnelo Piva, teve vigência a partir de agosto de 2014.


ANTÔNIO HORA FILHO
CPF: 498.432.145-87
PRESIDENTE


ELFRIDE DREYER
CPF: 217.824.740-72
CRC: 09312-08 DF
CONTADORA

